

Brasil, 516 anos. Quantos deles em defesa dos Direitos Humanos?

Por Janaina Abreu

A roda de conversa estava montada quando o historiador [Douglas Belchior](#) pediu a quatro participantes que cada um deles tirasse um de seus sapatos. Enfileirados, botas e tênis se transformaram em uma linha do tempo imaginária, representando nossos 516 anos de história – mais de 300 mergulhados na escravidão. Se os quatro calçados simbolizassem uma pessoa de 40 anos, mais de metade de sua vida teria sido marcada pelo silêncio sangrento do regime escravocrata e opressor. “Não paramos para pensar que passamos quase o tempo todo na escravidão. A gente não trata disso. E é tarefa fundamental reafirmar a nossa história”, destacou Belchior, militante do movimento negro e ativista social.

Em tempos de retrocessos políticos e intolerância contra segmentos já historicamente excluídos dos direitos elementares à vida, olhar pelo retrovisor e entender o caminho percorrido pelo Brasil é fundamental. Estudar nossa história nos permite lutar pela democracia e pelos direitos conquistados, mas ainda não efetivados em sua plenitude. É justamente este o debate proposto pelo curso “Educação Popular em Direitos Humanos”, promovido desde 2013 pelo Comitê Estadual dos Direitos Humanos de São Paulo e organizado pelo [Instituto Paulo Freire](#), [Central dos Movimentos Populares](#), [Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos](#) e Centro de Direitos Humanos e Defesa da Criança, Adolescente e Juventude Paulo Freire ([Cedheca Paulo Freire](#)).

A quarta edição gratuita do curso, com mais de 90 inscritos (militantes e trabalhadores dos Direitos Humanos), teve início no sábado, 20 de agosto. Na mesa da manhã, o ouvidor-geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Alderon Costa, abordou a distância persistente entre a população e o acesso à Justiça. “Nossa cultura de

colonizados ainda é forte. Mas todos, sem exceção, necessitamos saber que temos direitos.”

A canção coletiva “*Nosso direito vem/E se não vir nosso direito/O Brasil perde também*” abriu a atividade em grupo, na qual debateu-se a urgência de se romper as barreiras e do papel da comunicação como ferramenta-chave para promover os Direitos Humanos. “Temos de traduzir o linguajar, oferecer acesso às informações. Nosso papel é indicar, divulgar. Discutir o Judiciário sem a iniciativa da participação popular é trazer um olhar parcial. A Justiça começa com o diálogo e precisamos dessa participação dentro da Defensoria”, complementou Costa, que também é filósofo e jornalista. Ele destacou a necessidade de pensarmos a justiça diferenciando-a do poder judiciário. Justiça é tudo aquilo que queremos igualmente para todos(as). Em São Paulo, o [Movimento Aberto no Conselho Superior da Defensoria Pública](#) funciona das 9h às 11h, todas as sextas-feiras, na Rua Boa Vista, 200, no Centro. O primeiro atendimento precisa ser agendado previamente, pelo telefone 0800 773 4340.

Racismo velado

Convidada para o período da tarde, Allyne Andrade e Silva, da [Associação de Mulheres Negras Aqualtune](#), recorreu ao percurso histórico da legislação brasileira e aos marcos selecionados do regime internacional de combate ao racismo para exemplificar a violência ostensiva em relação aos negros no país.

Violência essa representada “em um Congresso predominantemente branco e masculino” e no “genocídio da juventude negra”. Em Pernambuco, por exemplo, um jovem negro **tem 11 vezes mais chances de ser assassinado** do que um branco. Apesar de uma Constituição que pede o combate por meio de medidas positivas e políticas afirmativas (como o [Estatuto da Igualdade Racial](#)), a maioria dos casos de racismo é arquivada, explicou Allyne. “Precisamos de uma formação estruturada, composta por uma política de avaliação e monitoramento, bem como da informação de qualidade e de luta”, disse a palestrante.

Em tempos de desmonte social do governo golpista, promover debates, estudos e construção de estratégias com militantes e trabalhadores dos diferentes segmentos de atuação dos Direitos

Humanos é unir forças para o enfrentamento às graves violações às quais o povo brasileiro está exposto. “É preciso defender os Direitos Humanos na perspectiva transformadora e revolucionária”, destacou Douglas Belchior ao finalizar o encontro da tarde, recomendando a leitura de [Paulo Freire](#), [Clovis Moura](#), [Arthur de Gobineau](#) e [Frantz Fanon](#) para que possamos aprender, resistir e combater o racismo – e contribuir na construção de um país igualitário.

Curso “Educação Popular em Direitos Humanos”

O curso, que acontece aos sábados no [Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos](#), das 8h30 às 16h30, terá duração total de 40 horas presenciais. Nas próximas semanas, os temas debatidos serão: Economia Política; Segurança Pública e a Violência; Políticas para a População em Situação de Rua; Questões de Gênero e Diversidade Sexual.

Janaina Abreu é comunicadora social; coordenadora de comunicação do Instituto Paulo Freire e do Centro de Direitos Humanos e Defesa da Criança, Adolescente e Juventude Paulo Freire (Cedheca Paulo Freire). É integrante do Comitê Estadual dos Direitos Humanos de São Paulo.